



**CONSELHO DA  
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 13 de março de 2014  
(OR. en)**

**7699/14**

**LIMITE**

**CO EUR-PREP 9  
POLGEN 39  
ENV 272  
ENER 117  
MI 273  
RECH 125  
COMPET 176  
IND 102  
ECOFIN 252  
SOC 197  
EDUC 96  
TELECOM 83  
JAI 162**

**NOTA**

---

de:	Presidência
para:	Conselho
Assunto:	Implementação do Semestre Europeu - Relatório de síntese

---

Junto se envia, à atenção das delegações, o relatório de síntese elaborado pela Presidência sobre os debates e as principais mensagens políticas das diferentes formações do Conselho relacionados com o Semestre Europeu de 2014.

## RELATÓRIO DE SÍNTESE DA PRESIDÊNCIA

### **Introdução**

*O presente relatório apresenta uma síntese dos resultados dos debates realizados no Conselho e das respetivas conclusões sobre o pacote de 2014 da Análise Anual do Crescimento para 2014 apresentado pela Comissão, bem como da implementação das reformas acordadas a nível nacional. Baseia-se igualmente nas reuniões bilaterais que tiveram lugar em outubro e novembro de 2013 e em fevereiro de 2014 entre a Comissão e os Estados-Membros para avaliar os progressos realizados quanto à execução das recomendações específicas por país.*

Em comparação com os seus primeiros anos de existência, a tónica do Semestre Europeu está decididamente a orientar-se para a implementação das recomendações estratégicas, tanto a nível da UE como – mais importante ainda – a nível nacional. As cinco prioridades da Análise Anual do Crescimento (AAC) para 2014 são as mesmas que as acordadas para 2012 e 2013, o que dá aos Estados-Membros e à União a tão necessária estabilidade, tanto em matéria de aconselhamento político como no contexto dos desafios que ainda subsistem. Isso é tanto mais importante quanto muitas das recomendações específicas por país exigem reformas que podem levar vários anos a ser projetadas e implementadas e a produzir resultados. A perspetiva de longo prazo tem de ser reconhecida, mas, ao mesmo tempo, os Estados-Membros devem manter o rumo traçado: o ritmo das reformas tem de ser sustentado e os seus resultados avaliados, havendo, se necessário, que tomar medidas em conformidade.

No Semestre Europeu de 2014, o Conselho Europeu aprovou pela primeira vez as prioridades da AAC e pôs em evidência as áreas estratégicas fundamentais já na sua reunião de dezembro de 2013, dando especial ênfase às políticas necessárias para apoiar a criação de emprego e combater o desemprego. O quadro estabelecido pelo Conselho Europeu de dezembro de 2013 orientou os debates subsequentes do Conselho sobre a AAC para 2014.

O pacote da AAC para 2014 inclui, pela primeira vez, uma análise temática dos progressos alcançados em domínios essenciais das recomendações específicas por país, bem como uma avaliação específica de cada país, abrangendo os três anos de experiência com o Semestre Europeu. Essa análise, bem como as reuniões bilaterais realizadas no contexto do Semestre de 2014, confirmam que o Semestre Europeu começa a dar resultados, mas também chamam a atenção para as lacunas que ainda subsistem. A análise a nível de cada país será ultimada na próxima etapa do Semestre Europeu, nomeadamente através dos documentos de trabalho dos serviços da Comissão que estão na base das recomendações específicas por país para 2014 e da supervisão multilateral realizada pelos comités envolvidos no Semestre.

- No que diz respeito à *consolidação orçamental diferenciada e favorável ao crescimento*, foram realizados muitos progressos em toda a Europa em matéria de consolidação, mas a sua composição nem sempre foi favorável ao crescimento. A carga fiscal global aumentou em muitos Estados-Membros. A transferência da carga fiscal que recai sobre o trabalho para outras bases tributárias como o ambiente ou a propriedade tem sido quase sempre lenta e deverá ser intensificada. Foi dada continuidade à reforma das pensões – incluindo a ligação entre a idade da reforma e a esperança de vida –, mas o seu ritmo ou âmbito ainda nem sempre são inteiramente suficientes para garantir a sustentabilidade a longo prazo. As reformas dos cuidados de saúde e dos cuidados continuados estão a merecer uma maior atenção no âmbito do Semestre, e deverão ser postas em prática de forma mais resoluta a nível nacional.
- Muito embora tenham sido alcançados progressos, aos quais deverá ser dada continuidade, também ao nível da União, para *restabelecer a concessão de crédito à economia*, o acesso das PME ao financiamento continua a ser um dos principais obstáculos ao crescimento em muitas partes da Europa. O alcance e a eficácia dos regimes nacionais de apoio às PME têm de ser acompanhados de perto e reforçados. Em alguns Estados-Membros o mercado da habitação exige uma atenção constante para desencorajar o endividamento excessivo dos agregados familiares.
- No âmbito da prioridade de *promover o crescimento e a competitividade*, ainda há uma grande margem de atuação em muitos Estados-Membros. As reformas necessárias englobam uma ampla gama de temas, em particular a liberalização dos serviços e das profissões regulamentadas e a melhoria da concorrência nas indústrias de rede. Embora os sistemas de investigação e inovação estejam a ser reformados para serem mais eficientes, uma série de Estados-Membros limitou os orçamentos relacionados com estas atividades, comprometendo assim as condições prévias ao crescimento a longo prazo. O défice em termos de inovação é cada vez maior. A energia é um setor onde persistem sérias preocupações perante os esforços insuficientes de alguns Estados-Membros, até para transpor a legislação acordada a nível da UE, bem como no que respeita às necessidades não satisfeitas em termos de infraestruturas em toda a Europa.

- Estão em curso na maioria dos Estados-Membros significativas reformas do mercado de trabalho, mas os seus resultados ainda não foram suficientes para *combater o desemprego e as consequências sociais da crise*, em parte porque estas reformas precisam de ser acompanhadas de reformas nos mercados de produtos e serviços para incentivar a criação de emprego. No âmbito das políticas ativas do mercado de trabalho, é necessário ir mais longe para melhorar de forma sustentável a empregabilidade dos grupos vulneráveis. Nas atuais circunstâncias económicas, importa assegurar que as reformas em curso no domínio da assistência social não promovem a pobreza. A implementação de reformas na educação e formação tem de ser acelerada para atender às necessidades do mercado de trabalho, em particular através da modernização da formação profissional.
- *A modernização da administração pública* é um desafio com que muitos Estados-Membros se debatem atualmente. Exige o aumento da eficiência dos serviços e a melhoria da sua relação de custo-eficácia, o reforço da capacidade de análise para conceber e executar reformas estruturais e a melhoria da capacidade de absorção dos fundos estruturais da UE. As reformas da administração pública local deverão ser prosseguidas para garantir a prestação de serviços locais e gerir os seus custos. São também necessários mais esforços para combater a burocracia e resolver as deficiências do enquadramento das empresas, incluindo as relacionadas com o sistema de justiça.

Continuam os esforços para garantir a inclusividade e a legitimidade democrática do Semestre Europeu, tanto a nível europeu como a nível nacional. O diálogo com os parceiros sociais sobre questões relacionadas com o Semestre foi intensificado a nível da UE. Em outubro de 2013, os parceiros sociais europeus adotaram uma declaração sobre a participação dos parceiros sociais na governação económica europeia. O diálogo entre os parceiros sociais e os comités preparatórios do Conselho será reforçado, e o Semestre Europeu será o tema principal da Cimeira Social Tripartida a realizar em março de 2014. O Parlamento Europeu participou ativamente no Semestre Europeu de 2014, tendo nomeadamente adotado três resoluções, em 25 de fevereiro de 2014, sobre o Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: a AAC 2014 (2013/2157(INI)), sobre os aspetos sociais e relativos ao emprego na AAC (2013/2158(INI)) e sobre a governação do mercado único no âmbito do Semestre Europeu (2013/2194(INI)). A Presidência do Conselho debateu o rumo do Semestre com o Parlamento Europeu, que também facilitou o diálogo interparlamentar sobre o Semestre Europeu ao organizar a semana parlamentar e uma conferência interparlamentar sobre a governação económica da UE em janeiro de 2014.

## **Assuntos económicos e financeiros**

O Conselho ECOFIN debateu a Análise Anual do Crescimento na sua reunião de 10 de dezembro de 2013, a que se seguiu a adoção de conclusões do Conselho sobre a AAC para 2014 que dão orientações sobre a aplicação das prioridades acordadas no Conselho Europeu de dezembro sobre questões macroeconómicas e orçamentais (doc. 6145/14).

Reconhecendo embora os progressos alcançados, as conclusões salientam que é necessário dar uma execução constante às políticas acordadas a nível da UE e aos compromissos nacionais estabelecidos nos programas nacionais de reformas e nas recomendações específicas por país. Saúdam igualmente a continuidade das políticas prevista nas recomendações da Análise Anual do Crescimento para 2014.

No que respeita à consolidação orçamental, as conclusões insistem em que todos os Estados devem prosseguir a estratégia de consolidação orçamental diferenciada e favorável ao crescimento em consonância o Pacto de Estabilidade e Crescimento. São necessários quadros de governação nacionais eficazes para reforçar a confiança nestas políticas. Ao perseguirem os ajustamentos orçamentais, os Estados-Membros deverão prestar maior atenção à sua qualidade e composição, bem como ao impacto da política orçamental sobre o crescimento. Para esse efeito, é nomeadamente necessário reduzir a carga fiscal sobre o trabalho, conseguir uma melhor e maior eficiência da despesa pública e modernizar as administrações públicas. É também necessário dar prioridade às despesas públicas que visam reforçar o potencial de crescimento.

No que respeita ao restabelecimento do crédito à economia, o Conselho ECOFIN sublinhou a necessidade de envidar mais esforços para concluir o saneamento dos balanços no setor bancário para assegurar que este setor funciona corretamente mediante a disponibilização de financiamento às atividades produtivas na Europa. Salientou o estabelecimento de uma união bancária de pleno direito, a par da prossecução de reformas no setor financeiro. Além disso, apelou a que seja dada prioridade ao desenvolvimento de alternativas ao financiamento bancário; as recomendações apresentadas deverão ser objeto de reflexão e ser postas em prática. O Conselho tomou nota dos esforços em curso para facilitar o acesso das PME ao financiamento, e apelou ao acompanhamento constante dos níveis da dívida privada e dos riscos financeiros associados.

O Conselho ECOFIN debruçou-se aprofundadamente sobre as reformas estruturais para promover o crescimento, a competitividade e o emprego. Insistiu na necessidade de uma abordagem mais coordenada das reformas a nível dos Estados-Membros e da UE. Salientou ainda, nomeadamente, as reformas que visam promover a competitividade e a concorrência nos mercados de produtos e de serviços, a simplificação do enquadramento das empresas, o estabelecimento de condições-quadro para um crescimento a mais longo prazo, as reformas no sentido do estabelecimento de um regime de remuneração flexível e de mercados de trabalho mais inclusivos e dinâmicos. Exortou os países com défices da balança corrente, e bem assim os países com uma elevada dívida externa, a prosseguirem os seus esforços no sentido de melhorar a competitividade e reduzir os défices da balança corrente. A realização de reformas estruturais nos países excedentários seria também benéfica para o reequilíbrio na área do euro.

O Conselho ECOFIN discutiu também, em 10 de dezembro de 2013, o Relatório sobre o Mecanismo de Alerta, tendo adotado conclusões sobre o assunto em 18 de fevereiro de 2014 (doc. 6146/14). Nessas conclusões, o Conselho congratula-se com os progressos alcançados pelos Estados-Membros em termos de correção dos seus desequilíbrios externos e internos, mas reconhece que subsistem desafios importantes, nomeadamente o elevado endividamento público e privado e os elevados níveis da dívida externa, bem como a insuficiente competitividade baseada e não baseada nos preços. Ao mesmo tempo, os elevados excedentes da balança de transações correntes em alguns Estados-Membros exigem uma análise mais aprofundada. As etapas seguintes do procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos deverão concentrar-se na resolução das questões mais importantes, estabelecendo uma distinção entre os diferentes problemas dos Estados-Membros em termos de risco e urgência. A Comissão deverá também dedicar particular atenção aos possíveis efeitos de repercussão associados aos desequilíbrios.

Nessas conclusões, o Conselho ECOFIN registou a decisão da Comissão de incluir no Relatório sobre o Mecanismo de Alerta indicadores sociais auxiliares e de proporcionar nas apreciações aprofundadas uma análise sobre os aspetos sociais e ligados ao emprego. O Conselho ECOFIN sublinhou que a utilização de indicadores sociais auxiliares terá como único objetivo permitir uma melhor compreensão dos desenvolvimentos sociais, devendo preservar a natureza do procedimento e manter ao mesmo tempo a transparência e a coerência e exortou a que fossem realizados mais debates técnicos com os Estados-Membros sobre esta questão.

## **Emprego, política social, saúde e consumidores**

No âmbito do Semestre Europeu de 2014, o Conselho (EPSCO, de 9 de dezembro de 2013 e 10 de março de 2014) procedeu a um extenso debate de orientação sobre as medidas prioritárias nos domínios do emprego e das políticas sociais. As intervenções dos ministros refletiram um certo otimismo perante os primeiros sinais de recuperação económica, mas salientaram que o ponto de viragem ainda não chegou aos mercados de trabalho. Os efeitos sociais da crise na UE têm de ser abordados através de um conjunto coerente de políticas económicas, sociais e de emprego, que permita desenvolver sinergias positivas entre estas políticas. Ao nível do Conselho, e em termos práticos, poderão obter-se melhores resultados em matéria de conceção das políticas através, nomeadamente, do reforço da cooperação entre as formações EPSCO e ECOFIN.

Os ministros estiveram de acordo em que a criação de empregos estáveis é essencial e em que é preciso dispor de um ambiente macroeconómico adequado para criar as condições necessárias ao crescimento económico sustentável, que é ainda demasiado baixo para um efetivo restabelecimento dos níveis de emprego. Sublinharam a necessidade de adotar uma abordagem integrada que garanta a coerência das políticas, tendo em conta os efeitos sociais das reformas. Foi realçado que, após a estabilização dos mercados financeiros e dos níveis das dívidas, há agora que envidar esforços no sentido de dar resposta aos problemas e desigualdades sociais. A consolidação orçamental e o reforço da competitividade deverão ser acompanhados de investimentos em capital humano e ativos económicos que beneficiem o crescimento a longo prazo, garantindo uma adequada proteção social. Os ministros salientaram a necessidade de ativar todos os setores da economia, tendo alguns deles reiterado, em particular, que a Europa precisa de uma estratégia de reindustrialização para estar apta a criar mais emprego.

Foi prestada uma atenção especial à resolução dos problemas dos grupos vulneráveis, com particular destaque para os jovens, as mulheres, os trabalhadores mais velhos e os desempregados de longa duração. No que toca à juventude, os ministros assinalaram que é necessária uma abordagem integrada, que passe, para começar, pela garantia para a juventude, que em si já é uma importante concretização. A situação das mulheres no mercado do trabalho tem de ser consideravelmente melhorada, para que se possa atingir o objetivo fixado para o emprego e aproveitar plenamente o potencial de crescimento da Europa. Alguns ministros aludiram especialmente ao facto de ser preciso assegurar melhores condições para a conciliação da vida familiar com a vida profissional. Foi ainda chamada a atenção para a necessidade de utilização efetiva do financiamento da União Europeia para a execução das medidas em causa.

Apesar dos elevados níveis de desemprego registados, vários ministros reconheceram que existe um problema de inadequação de competências. A modernização dos sistemas de ensino e formação é vital para nos prepararmos para as futuras necessidades dos mercados do trabalho e para garantir uma melhor transição da escola para a vida ativa. Os sistemas nacionais de ensino e formação, em cooperação com os atores pertinentes dos mercados laborais, deverão transmitir as competências certas, com base em previsões fiáveis das competências necessárias. Num contexto em que as estruturas económicas mudaram consideravelmente e alguns setores entraram em colapso, são essenciais a aprendizagem ao longo da vida e a requalificação, nomeadamente através de medidas específicas dirigidas às pessoas. Para reforçar a empregabilidade, o investimento em capital humano é particularmente importante nos setores com maior potencial de criação de emprego (TIC, economia "verde", cuidados de saúde, etc.).

Num contexto de governação económica alargada, a dimensão social tem de ter um lugar importante. A aceitação da UE e das suas políticas depende da forma como os cidadãos veem as medidas implementadas e do facto de as considerarem ou não justas e equilibradas. O recém-adotado painel de indicadores sociais e de emprego, incluído no Relatório Conjunto sobre o Emprego, é um primeiro passo positivo que terá ainda de ser aperfeiçoado. Foi também salientada a participação dos parceiros sociais no ciclo do Semestre Europeu, bem como os contributos das autoridades regionais e locais para o processo de reforma.

As delegações estiveram de modo geral de acordo em que é necessário melhorar o funcionamento dos mercados de trabalho, prosseguir e acelerar as reformas estruturais e prever incentivos e medidas específicos, devendo cada Estado-Membro encontrar a sua própria combinação de políticas. Os ministros sublinharam igualmente a necessidade de aumentar a eficiência dos Serviços Públicos de Emprego e de continuar a reforçar as políticas ativas do mercado de trabalho. Há que reconhecer o potencial da mobilidade, sem no entanto deixar de ter presentes os seus limites e os riscos de aumento do trabalho não declarado.

No que se refere ao processo do Semestre propriamente dito, os ministros apelaram a uma maior apropriação e reafirmaram a necessidade de prazos mais realistas para a avaliação das suas recomendações nacionais. Alguns ministros sublinharam os efeitos positivos do Semestre em termos de criação da dinâmica necessária e de aceitação das reformas.



No quadro deste debate, o Conselho EPSCO adotou o Relatório Conjunto sobre o Emprego 2014 (doc. 7476/14) e conclusões do Conselho com base na Análise Anual do Crescimento (doc. 7477/14), que dão orientações políticas para as políticas sociais e de emprego em 2014. O Conselho EPSCO definiu ainda uma orientação geral sobre as orientações para o emprego 2014 (doc. 6612/14).

Na sequência da comunicação da Comissão relativa ao ponto da situação da Estratégia Europa 2020, o Conselho realizou também uma troca de opiniões sobre a avaliação intercalar desta estratégia, que se aguarda para breve. Uma vez que a Estratégia constitui o quadro global do Semestre Europeu, vários dos aspetos nela abordados estão profundamente relacionados com o Semestre Europeu.

As primeiras opiniões indicam que, no essencial, os objetivos da Estratégia Europa 2020 continuam válidos. Todavia, tornou-se claro que os objetivos relativos ao emprego e à redução da pobreza serão os mais difíceis de alcançar. Em 2010, quando os objetivos foram fixados, a crise já tinha atingido a maioria dos Estados-Membros, mas a sua dimensão e duração não tinham sido previstas.

A avaliação da Estratégia tem de ser inclusiva e abrangente, tendo em conta que os aspetos sociais e económicos da União estão profundamente interligados e desempenham ambos um papel fundamental no desenvolvimento da UE. É essencial que as reformas num determinado domínio não produzam efeitos negativos noutros domínios. O processo de avaliação exigirá a participação de todos os atores pertinentes, tanto a nível da UE como a nível nacional. Mais especialmente, o problema do desemprego dos jovens terá de ser abordado na revisão prevista das orientações para o emprego.

Todavia, a realização do grande objetivo relativo ao emprego a nível da UE e dos objetivos nacionais para o emprego exige que se preste atenção aos níveis de emprego de todos os grupos (incluindo os das mulheres, dos trabalhadores mais velhos, das pessoas oriundas da imigração, dos desempregados de longa duração e das pessoas com deficiência). Os grupos-alvo prioritários podem variar consoante os Estados-Membros. As orientações para o emprego deverão também continuar a atender às questões das competências e da inclusão social, e o papel das análises pelos pares e da aprendizagem mútua no processo do Semestre permanecerá importante.

## **Competitividade**

No quadro do Semestre Europeu e com base na Análise Anual do Crescimento para 2014, o Conselho (Competitividade) realizou um debate de orientação, em 2 de dezembro de 2013 e em 20 de fevereiro de 2014, sobre o mercado interno e a competitividade industrial e, em 21 de fevereiro de 2014, sobre a investigação.

### *Mercado interno e indústria*

Os ministros reconheceram a necessidade de prosseguir a integração do mercado interno com o objetivo de criar mais crescimento e emprego. As reformas nacionais mantêm-se no topo das agendas políticas nacionais. Os ministros prestaram informações sobre as reformas em curso destinadas, nomeadamente, a eliminar as barreiras existentes e a aumentar a flexibilidade e a competitividade dos mercados de bens e serviços. Neste contexto, indicaram setores de serviços prioritários, tais como serviços às empresas, comércio, construção e serviços profissionais e consideraram que a transparência, a avaliação mútua e o intercâmbio de melhores práticas eram os instrumentos adequados para atingir os objetivos acima referidos e melhorar o enquadramento das empresas.

Várias delegações indicaram que deveria ser promovida a continuação dos trabalhos no sentido de eliminar os obstáculos à circulação de serviços e produtos, a fim de aumentar a competitividade internacional da UE. Quase todos os Estados-Membros sublinharam a necessidade de uma aplicação ambiciosa da Diretiva Serviços. Um grande número de Estados-Membros referiu-se à importância das competências, daí decorrendo a necessidade de reduzir o número de profissões regulamentadas. Vários ministros exortaram a Comissão a estabelecer uma ordem de prioridades das recomendações específicas por país, em função do seu impacto económico, e salientaram a necessidade de trabalhar em parceria com a Comissão, a fim de colher todos os benefícios económicos resultantes da implementação dos programas nacionais de reformas.

Os ministros apelaram a uma política industrial ambiciosa, que seria integrada transversalmente noutras políticas da UE para criar uma maior coerência e equilíbrio. Em vez de fixar uma meta percentual específica para a participação da indústria no PIB, foi considerado mais importante criar as condições-quadro propícias ao crescimento, devendo este estender-se também a outros setores. A necessidade de toda a legislação da UE ser submetida a testes de competitividade foi também sublinhada por vários ministros, bem como a necessidade de proceder a avaliações de impacto periódicas em relação a todas as políticas da UE que tenham uma incidência potencial sobre a competitividade industrial.

Em especial, a política industrial deverá ser perspectivada em estreita ligação com o setor dos serviços. A investigação e a inovação, e todo o percurso da cadeia de valor até à comercialização, deverão ser mais bem adaptados para aumentar a competitividade industrial, nomeadamente através de novas tecnologias e da simplificação das medidas de apoio da UE em matéria de investigação e inovação (I&I). Além disso, deverão ser acelerados os trabalhos noutros dossiês que podem, direta ou indiretamente, beneficiar a competitividade industrial, como por exemplo a união bancária, a Europa digital única e um melhor acesso ao financiamento, incluindo mecanismos financeiros inovadores e capital de risco. A especialização inteligente, os Fundos Estruturais e a política de coesão deverão desempenhar um papel neste domínio.

Os ministros acordaram na importância de abordar questões relacionadas com a competitividade global da indústria europeia, em particular na necessidade de olhar atentamente para os nossos concorrentes externos, e de ter como objetivo uma igualdade global das condições de enquadramento para a competitividade industrial. Neste contexto, vários ministros sublinharam o papel dos acordos de comércio livre, os quais deverão ser considerados uma oportunidade e não uma ameaça para a indústria. Neste contexto, alguns ministros também se referiram à modernização das regras em matéria de auxílios estatais, que precisam de recuperar o atraso em relação à evolução global e de servir os interesses da competitividade industrial.

Quanto à relação entre a competitividade industrial e a política energética e climática, vários ministros acordaram em que as metas energéticas e climáticas da UE, embora muito ambiciosas, eram, em princípio, aceitáveis. No entanto, vários ministros consideraram que essas metas deveriam estar associadas às metas para a competitividade industrial. Além disso, deveriam estar em consonância com os objetivos com que as indústrias concorrentes de fora da UE se encontram confrontadas, devendo, por conseguinte, ser de preferência definidas a nível mundial e não apenas a nível da UE. Em particular, os ministros consideraram importante realizar plenamente o mercado interno da energia até ao final de 2014 a fim de aumentar a concorrência, o que deveria reduzir os preços da energia para a indústria e levar a uma maior eficiência energética, contribuindo assim também para as metas de política ambiental. Os preços da energia para as indústrias europeias com utilização intensiva de energia não deverão ser superiores aos suportados pelas indústrias concorrentes de fora da UE.

Os ministros voltaram, além disso, a confirmar a importância de reduzir a burocracia para a indústria e de colocar a tónica na melhoria da regulamentação, bem como a necessidade de resolver a inadequação das competências para garantir uma melhor correspondência entre a oferta e a procura no mercado de trabalho. Isso beneficiaria simultaneamente o emprego e a mobilidade dos trabalhadores, bem como o crescimento industrial da Europa.

### Investigação

Os ministros acordaram em que o investimento em investigação e inovação (I&I) continua a ser essencial para o crescimento e a criação de emprego, com base também na meta global de investir 3% do PIB em I&I e na necessidade de integrar a I&I noutros domínios de intervenção e de aumentar a "fertilização cruzada". Haverá que explorar ao máximo as novas possibilidades de promover sinergias entre o Horizonte 2020 e outros fundos da UE (por exemplo, os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento), bem como o alinhamento das intervenções nacionais e da UE, a fim de alavancar o investimento público total em I&I. As estratégias de especialização inteligente são consideradas uma oportunidade para uma melhor articulação das políticas de I&I, a nível nacional e regional.

Foi sublinhada por vários ministros a necessidade de melhorar as condições de enquadramento para criar um ecossistema de I&I mais competitivo, nomeadamente através da supressão dos atuais entraves de natureza administrativa, jurídica e orçamental, a fim de permitir a comercialização dos resultados da investigação e o acesso às conclusões das atividades de investigação financiadas com fundos públicos. O acesso a novas oportunidades de financiamento, a capital de risco, a empréstimos bancários e a créditos fiscais para as atividades de investigação e inovação devem ser promovidos, bem como novas medidas para o financiamento das PME.

Muito embora o investimento público de longo prazo em I&I deva centrar-se nos desafios globais com enorme potencial para as políticas do lado da procura e para contratos públicos, o investimento em investigação fundamental deve também ser mantido.

Os ministros acordaram em que as parcerias e a cooperação entre os setores público e privado são essenciais para satisfazer as expectativas societárias imediatas, incluindo a participação de institutos de investigação e de instituições académicas. Além disso, foi salientada a necessidade de investir em recursos humanos para constituir uma força de trabalho com as competências necessárias, nomeadamente através de uma melhor articulação entre as políticas de investigação e de educação, para uma economia baseada no conhecimento.

Para todos os ministros, a realização do Espaço Europeu da Investigação continua a ser uma prioridade, em particular o mercado único para os investigadores e a integração horizontal das políticas públicas em matéria de I&I nas outras políticas setoriais. Para o efeito, será também necessário tomar medidas a nível nacional, designadamente medidas que promovam a implementação das reformas estruturais do Espaço Europeu da Investigação.

## **Telecomunicações**

No âmbito do Conselho (TTE/Telecomunicações), as delegações trocaram opiniões oralmente e por escrito a nível de peritos durante os meses de janeiro e fevereiro de 2014.

As delegações reconhecem as potencialidades da economia digital em termos de crescimento, emprego, competitividade e inovação, nomeadamente no que respeita às PME e às empresas em fase de arranque. As infraestruturas de banda larga de elevado débito são cruciais para o desenvolvimento de serviços como a computação em nuvem, a ciber-saúde e a administração em linha. No que se refere aos desafios com que a economia digital se vê confrontada, as delegações estão fortemente em sintonia com a Comissão. Observam que importa combater o excesso de regulamentação e as incongruências verificadas a nível das medidas corretivas adotadas no setor das telecomunicações e registam os entraves ao desenvolvimento de novas empresas de TIC, a necessidade de atender a preocupações geradas pela migração para serviços eletrónicos e ainda a falta de interoperabilidade.

No que toca às medidas a adotar no setor digital que encerram o maior potencial de crescimento, as delegações apoiam, em larga medida, a grande maioria das prioridades definidas pela Comissão, com as seguintes ressalvas:

- dever-se-ia regulamentar apenas quando necessário e de forma proporcionada, sendo o primeiro passo aplicar corretamente e de modo coerente em todos os Estados-Membros a legislação existente e adotar e pôr em prática as propostas já avançadas, designadamente em matérias como a identificação eletrónica, a proteção de dados e a segurança das redes;
- foram expressas opiniões divergentes no que respeita à designação de uma única entidade responsável pela implementação da estratégia de cibersegurança e pela cooperação com os outros Estados-Membros;
- deverá caber sobretudo ao mercado dinamizar a implantação de infraestruturas de banda larga em condições propícias ao investimento, podendo ser necessário envolver o setor público nos casos em que a infraestrutura criada em condições comerciais não consiga chegar a toda a população. Merecem todo o apoio as iniciativas destinadas a reduzir o custo da implantação das infraestruturas. Do lado da procura, haverá que tomar medidas capazes de fomentar a adesão das PME e do público em geral à conectividade de elevado débito;

- a questão do espectro é condição prévia indispensável à prestação de serviços móveis, mas os requisitos nesta matéria diferem entre Estados-Membros, alguns dos quais poderão não garantir, a médio prazo, o fornecimento de serviços em 1 200 MHz. No que toca à banda larga sem fios, poder-se-á recorrer a outras tecnologias e utilizar melhor as bandas de frequências já atribuídas;
- face à harmonização substancial a que já se procedeu e ao peso da regulamentação em vigor, a maioria das delegações manifestou um certo ceticismo quanto à necessidade de atualizar o quadro regulamentar das comunicações eletrónicas, inclusive no que respeita à proposta relativa ao mercado único das telecomunicações. Aplicar melhor a regulamentação existente seria já uma ajuda, do mesmo modo que reforçar as autoridades reguladoras nacionais. Além disso, a concorrência exercida por operadores OTT ("over-the-top") não pertencentes à UE requer a criação de condições de concorrência verdadeiramente equitativas no setor das TIC.

Enquadradas numa abordagem inclusiva da economia digital, destacaram-se as seguintes prioridades:

- acelerar e expandir a Estratégia Europeia de Computação em Nuvem. Há que explorar completamente o potencial dos dados abertos, da análise de dados e da computação em nuvem, tanto a nível do setor público como da indústria europeia. Dever-se-á fomentar a definição de normas aplicáveis aos dados abertos e à computação em nuvem por forma a assegurar a interoperabilidade e a portabilidade e disponibilidade dos dados;
- incutir confiança no ambiente da Internet graças a serviços de identificação eletrónica fiáveis e compatíveis e aumentar a resiliência das infraestruturas de telecomunicação;
- definir uma abordagem comum relativamente à proteção de dados e à confidencialidade das comunicações;
- facilitar os intercâmbios de experiências e a cooperação tanto entre administrações como com o setor privado, a fim de desenvolver soluções de administração em linha eficazes;
- fomentar o comércio eletrónico em todas as fases da cadeia de abastecimento, o que implica a criação de mecanismos de pagamento em linha simples, seguros e acessíveis, em termos económicos, e a remoção de diversos entraves;
- facilitar a igualdade de tratamento de produtos e serviços físicos e digitais, independentemente dos suportes em que sejam consumidos;
- facilitar o desenvolvimento da difusão de serviços televisivos pela Internet;

- facilitar o acesso a conteúdos graças à simplificação/harmonização das regras de concessão de licenças, melhorando simultaneamente a proteção dos direitos de propriedade intelectual;
- iniciar os trabalhos atinentes à definição de um preço grossista de terminação móvel uniforme e simplificar a comutação entre operadores;
- incentivar reformas que garantam a adoção de políticas fiscais adequadas, designadamente no domínio do IVA, nos mercados digitais;
- promover a aprendizagem individual através das TIC como forma de contribuir para a criação de modernos sistemas de aprendizagem ao longo da vida e apoiar a utilização das TIC investindo em todos os níveis de competências digitais;
- incentivar a I&D tendo em vista a criação de TIC novas e inovadoras, nomeadamente em áreas como a da Internet do futuro e a do desenvolvimento da interação homem-máquina;
- atender devidamente à dimensão externa do mercado digital, nomeadamente ao desenvolver regulamentação da UE, e apoiar a governação da Internet com base num modelo que envolva intervenientes múltiplos;
- proceder a uma revisão ambiciosa da Agenda Digital, promover o recurso à digitalização e às TIC e melhorar as condições de enquadramento no setor das TIC e das PME, continuando a facilitar a inteira disponibilidade de banda larga de elevado débito.

## **Energia**

No âmbito do Conselho (TTE/Energia), as delegações trocaram opiniões oralmente e por escrito a nível de peritos durante os meses de janeiro e fevereiro de 2014.

No que respeita à consecução dos objetivos da Estratégia Europa 2020 em termos de energia, verifica-se que a inadequação das infraestruturas energéticas existentes e das tarifas transfronteiras atualmente praticadas constituem grandes obstáculos ao bom funcionamento do mercado interno da energia e impedem que a distribuição de energia se faça livremente, não só dentro da Europa como entre a Europa e países terceiros. Estes obstáculos obstam à competitividade europeia e fazem aumentar os preços da energia. É, pois, essencial criar incentivos adequados ao investimento a longo prazo em infraestruturas energéticas novas e inteligentes, designadamente a fim de garantir a adequação da produção de energia, e procurar implementar integralmente os projetos de interesse comum. Será necessário reforçar a cooperação transfronteiras, tanto dentro da UE como com países terceiros, a fim de criar condições de concorrência equitativas no mercado da energia.

Algumas delegações salientaram ainda que importa prosseguir a diversificação do abastecimento energético da Europa, sobretudo no que toca ao gás, e desenvolver fontes de energia endógenas, nomeadamente fontes energéticas hipocarbónicas seguras e sustentáveis, por forma a garantir a segurança do abastecimento, reduzir a dependência energética externa da UE e estimular o crescimento económico. As delegações realçaram também que aplicar de modo eficaz e coerente o terceiro pacote energético será crucial para realizar por completo o mercado interno da energia até 2014 e fazer com que, até 2015, deixe de haver Estados-Membros em situação de isolamento em relação às redes europeias de gás e eletricidade. Chamou-se ainda a atenção para a importância de se acelerar a adoção e a aplicação de códigos das redes de gás e eletricidade sem gerar custos excessivos.

Por forma a apoiar a transição para uma economia hipocarbónica mais competitiva, as delegações referiram a constante necessidade de promover, de forma rentável, a eficiência energética, as energias renováveis e outras fontes energéticas hipocarbónicas seguras e sustentáveis, a fim de atingir os objetivos da UE nos domínios da energia e do ambiente. Desse modo, criar-se-iam também incentivos ao crescimento sustentável, à inovação e ao investimento a longo prazo por parte do setor industrial europeu. No que respeita à eficiência energética, algumas delegações referiram as restrições e os elevados custos de acesso ao financiamento atualmente existentes e apelaram à criação de condições-quadro mais propícias ao investimento por parte da indústria e dos particulares. Importará também implementar a diretiva relativa à eficiência energética de forma atempada e ambiciosa. Quanto às energias renováveis, algumas delegações assinalaram que o contributo por elas prestado deveria visar uma melhor relação de custo-eficácia e basear-se mais no mercado. Há que rever os regimes nacionais de apoio às energias renováveis e procurar uma maior harmonização a nível europeu graças às orientações da Comissão nesta matéria.

A estabilidade e acessibilidade dos preços da energia foram apontadas como elementos de primordial importância. Várias foram as delegações que apelaram à eliminação gradual da regulação dos preços da energia no intuito de facilitar o bom funcionamento do mercado nesse setor. Chamou-se, contudo, a atenção para a necessidade de se terem devidamente em conta as especificidades nacionais ao fixar os preços da energia. Além disso, de molde a evitar que se adotem medidas suscetíveis de distorcer o funcionamento do mercado e a facilitar o investimento na energia e no ambiente, algumas delegações salientaram a necessidade de rever as regras de intervenção pública e de atender às orientações traçadas pela Comissão.



Entre as medidas com grande potencial de contribuição para o crescimento e a competitividade contam-se o reforço do papel e dos direitos do consumidor, incluindo o acesso a informações transparentes, a escolha do fornecedor e a proteção dos consumidores vulneráveis, o apoio a tecnologias hipocarbónicas seguras e sustentáveis e à produção de energia e o permanente desenvolvimento de esforços em torno de atividades de investigação, desenvolvimento e inovação no setor energético. Delegações houve que apontaram ainda para a necessidade constante de se dispor de mecanismos de capacidade capazes de garantir a adequação da produção e a segurança do abastecimento. Esses mecanismos deverão ser concebidos e implementados de forma a excluir ou minimizar todo e qualquer potencial efeito negativo no funcionamento do mercado da energia. Nessa perspetiva, haverá que ter em conta as orientações da Comissão.

As conclusões do Conselho de 7 de junho de 2013 sobre o mercado interno (doc. 9809/13) e o relatório do Conselho de 12 de dezembro de 2013 sobre a realização do mercado interno (doc. 17755/13) descrevem mais pormenorizadamente as prioridades estabelecidas no setor energético.

### **Ambiente**

No Conselho (Ambiente) de 3 de março de 2014 trocaram-se opiniões sobre a "ecologização" do Semestre Europeu. As intervenções e os contributos escritos apresentados centraram-se nas medidas e meios capazes de propiciar uma melhor concretização dos objetivos preconizados na Estratégia Europa 2020 em termos de economia "verde" e de redução das emissões de carbono no âmbito da Análise Anual do Crescimento para 2014 e do novo ciclo do Semestre Europeu. Como aconteceu em 2013, os principais pontos de estrangulamento na via da consecução desses objetivos estão ligados à crise económica, nomeadamente a sérias dificuldades de captação de capitais para investimentos em inovação.

Entre as medidas identificadas a nível nacional como sendo potencialmente as mais capazes de contribuir para o crescimento sustentável e a criação de emprego, podendo, se necessário, ser incorporadas nos programas nacionais de reforma para 2014, contam-se:

- o apoio à inovação e ao investimento em tecnologias sustentáveis, designadamente à prestação de serviços de consultoria às PME, à formação e ao acesso ao capital tendo em vista a aplicação de medidas eco-inovadoras;

- os incentivos à reciclagem de materiais, à prevenção dos resíduos, à conservação da água e da energia em edifícios e aparelhos e a outras medidas capazes de fomentar a eficiência de recursos a nível dos agregados familiares, da indústria e do setor público (contratos públicos ecológicos);
- a adoção de políticas fiscais e orçamentais que atribuam um preço à poluição e à utilização de recursos não renováveis e a supressão gradual dos subsídios prejudiciais para o ambiente.

Cabe aos Ministros do Ambiente contribuir para a elaboração dos programas nacionais de reforma, velando por que se aproveitem ao máximo as oportunidades de crescimento e criação de emprego geradas pelas ações que visam fomentar a redução das emissões de carbono e a eficiência de recursos. Nessa perspetiva, será de grande utilidade definir metas e estratégias nacionais.

Os ministros salientaram que, a nível da UE, as potencialidades de crescimento sustentável e economia "verde" deverão ser abordadas de forma mais explícita e específica no âmbito da Análise Anual do Crescimento, de molde a reforçar o papel que desempenham entre as políticas que promovem a criação de emprego e fomentam a inovação. A inclusão de um indicador de eficiência de recursos para fins de monitorização no contexto da Estratégia Europa 2020 foi mencionada em diversas intervenções.

### **Educação**

No Conselho EJCD (Educação) de 24 de fevereiro de 2014, os ministros debateram o desenvolvimento das aptidões e o aumento da empregabilidade e adotaram conclusões subordinadas ao tema "Investir nas aptidões graças a um ensino e formação eficientes e inovadores – Apoio ao Semestre Europeu de 2014" (doc. 6285/14).

Nas conclusões, os ministros respondem a uma das principais mensagens contidas na Análise Anual do Crescimento do corrente ano, reconhecendo a necessidade de os sistemas de ensino e formação de toda a UE procurarem mais ativamente assegurar que os jovens e os adultos pouco qualificados adquiram as aptidões e competências essenciais exigidas pelo atual mercado de trabalho – mensagem essa corroborada pelas conclusões de dois estudos recentes efetuados pela OCDE no âmbito dos seus programas PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) e PIAAC (Programa de Avaliação Internacional das Competências dos Adultos). Na União, há demasiados jovens e adultos que carecem de aptidões básicas como a literacia, a numeracia e competências digitais. As consideráveis lacunas, défices e inadequações de competências que se verificam impedem que a Europa tire pleno partido das suas potencialidades em termos de criação de emprego, pelo que importará redobrar de esforços para que os sistemas de ensino e formação deem uma resposta mais cabal às necessidades do mercado de trabalho.

Nas conclusões realça-se que importa facilitar o investimento de longo prazo no ensino e na formação e, ao mesmo tempo, aumentar a qualidade e eficiência desse investimento numa altura em que impera a escassez de recursos públicos. Nelas se apela também ao desenvolvimento de abordagens mais inovadoras do ensino e da formação, nomeadamente graças à incorporação de formas de aprendizagem digitais no ensino geral, e se exortam os Estados-Membros a utilizar plenamente a nova geração de instrumentos financeiros, em particular o programa Erasmus+ e os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

O debate de orientação efetuado pôs a tónica nos desafios com que os sistemas de ensino e formação da UE se veem confrontados à luz dos resultados dos dois estudos realizados pela OCDE. Os esforços que têm vindo a ser desenvolvidos para aumentar o número de pessoas altamente qualificadas através de uma maior participação no ensino superior deverão ser acompanhados de esforços tendentes a garantir que todos os cidadãos possuam as competências de base suficientes requeridas pelos empregadores em todos os setores e a todos os níveis.

Implica isto, por seu turno, um melhor entendimento mútuo e o estreitamento da cooperação entre os mundos do ensino e do emprego. Vários são os Estados-Membros que têm vindo a adotar medidas destinadas a promover uma aprendizagem mais virada para as necessidades laborais e, de um modo mais geral, a elevar o estatuto, a qualidade e a atratividade do ensino e da formação profissionais, inspirando-se sobretudo nos países com sistemas de "dupla formação".

Muitos foram os ministros que destacaram a importância fundamental de um ensino de elevada qualidade para que se obtenham resultados educativos satisfatórios, a começar pela aquisição de competências básicas. Contudo, reconheceram também o impacto gerado, em termos de desempenho, por outros fatores como a situação socioeconómica e os baixos níveis de aspiração, motivação e empenhamento dos pais.

Quase todos os ministros reiteraram a necessidade de se instituir maior eficácia a nível das despesas com o ensino e a formação. Muitos deles consideraram também que, assim como ajudam a modernizar o ensino e a formação, o desenvolvimento e a utilização de novas ferramentas digitais de aprendizagem e de recursos educativos abertos poderão desempenhar um papel fundamental neste contexto, havendo, pois, que dar mais atenção a estas novas formas de aprendizagem.

Por último, desenhou-se um amplo consenso quanto ao facto de a aprendizagem mútua, o intercâmbio de boas práticas e as possibilidades de inspiração recíproca constituírem algumas das muitas vantagens oferecidas pela cooperação europeia neste domínio.

## **Justiça**

Nas reuniões de 6 de dezembro de 2013 e 4 de março de 2014, o Conselho JAI debateu aspetos relacionados com a justiça no âmbito do Semestre Europeu.

Em 6 de dezembro de 2013, o Conselho concluiu que, sendo o bom funcionamento dos sistemas judiciais importante em termos de crescimento, a Comissão foi convidada a aprofundar a relação entre justiça e política macroeconómica. Os Estados-Membros manifestaram também o seu vivo desejo de dialogar com a Comissão sobre os aspetos do processo do Semestre Europeu 2014 atinentes à justiça, designadamente com vista à preparação do Painel de Avaliação da Justiça para 2014, instrumento de informação criado pela Comissão no âmbito do processo do Semestre Europeu.

Em 4 de março de 2014, o Conselho JAI tomou nota da exposição oral feita pela Comissão sobre as principais características e a metodologia de preparação do Painel de Avaliação da Justiça para 2014. O Conselho adotou igualmente conclusões sobre os sistemas de justiça civil e comercial dos Estados-Membros em que manifestou também as preocupações dos Estados-Membros em relação à metodologia e à finalidade do Painel de Avaliação da Justiça.

---